

O caso do artigo “O rei da quitanda”, de Lúcio Flávio Pinto

Daniella Rubbo Rondelli¹
Maria do Socorro Furtado Veloso²

Resumo

O objetivo deste artigo é desvelar o modo como o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, editor do *Jornal Pessoal*, questiona o papel da maior empresa de comunicação do Norte do Brasil, as Organizações Romulo Maiorana, face às profundas relações do grupo com o poder político-econômico no Estado do Pará. Pretende, ainda, com base na metodologia proposta pela Análise do Discurso, identificar não apenas as polêmicas explícitas, mas também outras questões implícitas no texto, como a posição de Lúcio Flávio diante do complexo cenário que descreve em seu veículo.

Palavras chave: discurso jornalístico; imprensa independente; Jornal Pessoal

¹ Mestre em Comunicação pela Umesp, professora do Departamento de Comunicação Social do Unifae e Esamc, coordenadora da Pós-Graduação Lato Sensu em Design 3D do Senac Campinas. E-mail: rubbo@uol.com.br.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, professora do Departamento de Comunicação Social da UFRN. Integra as bases de pesquisa Comídia (UFRN) e Alterjor (USP). E-mail: socorroveloso@uol.com.br.

Introdução

Considerado a mais importante publicação independente da Amazônia brasileira na atualidade, o *Jornal Pessoal*, editado em Belém (PA), completará 22 anos de existência em setembro de 2009. Criado e conduzido solitariamente por Lúcio Flávio Pinto desde 1987, o jornal (que aqui também será chamado de JP) chegou à 440^a edição em maio deste ano, registrando longevidade superior à média das publicações alternativas no Brasil.

Ao longo de sua história, o JP tem sido uma fonte de incômodos para a elite paraense. Nas páginas do pequeno jornal, impresso quinzenalmente em formato ofício e com circulação média de dois mil exemplares, seu editor investe prioritariamente em pautas voltadas para a política regional, narcotráfico, mídia, escândalos financeiros, problemas urbanos, economia e meio ambiente, com ênfase no impacto dos grandes projetos desenvolvidos na Amazônia por empresas privadas e estatais. A ausência de anúncios publicitários é uma das singularidades do periódico, que se mantém apenas com a venda em bancas. O exemplar custa R\$ 3,00.

A especial capacidade de ler nas entrelinhas dos documentos públicos, o acesso a fontes de informação privilegiadas e uma profunda compreensão política da cena amazônica transformam as análises de Lúcio em acuradas leituras da realidade.

Ao propor um campo independente de interpretação da realidade regional – independência que se ampara, sobretudo, na recusa à publicidade e na condução solitária do jornal –, o JP evidencia a precariedade do conteúdo fornecido pelas mídias noticiosas dominantes no Norte do Brasil. Por essa razão, aliada à consciência de que a memória é um dos pilares dos processos culturais, Lúcio tem feito do *Jornal Pessoal* uma espécie de “cimento” da história contemporânea da região.

Na construção dessa memória, o JP trabalha primordialmente com análises – textos de caráter argumentativo e/ou especulativo, necessariamente decorrentes de fatos ocorridos ou previstos. Mesmo nos textos mais curtos do alternativo o tom é de suelto: aquilo que se informa é sempre objeto de comentário, em geral espirituoso ou irônico. O jornalista admite não produzir reportagens ou notícias no JP:

O Jornal Pessoal é uma agenda amazônica. Ele quer entrar na agenda dos cidadãos, quer fornecer informação útil. Não adianta minha informação estar num belo trabalho acadêmico, se não está disponível aos agentes

sociais, aos personagens, aos atores, ao príncipe da história. O *Jornal Pessoal* é sempre analítico. Mas analítico com base nos fatos, nas informações. A minha trajetória no jornalismo é exemplar no sentido de que eu sempre fui um escravo dos fatos.[...] As matérias do *Jornal Pessoal* não são notícias, não são reportagens, não são artigos. São análises. Elas são uma auditoria dos fatos. Eu, como jornalista, sou auditor do povo. E não existe, na estrutura institucional da nossa sociedade democrática, auditoria mais popular que a do jornalista.³

A publicação de Lúcio Flávio Pinto opera como contraponto à agenda imposta pela mídia hegemônica paraense, à medida que divulga e/ou interpreta informações que, submetidas à “interdição do dizer” (ORLANDI, 1995), de outra forma não circulariam. Essa interdição pode ocorrer por censura, autocensura, omissão, ou mesmo manipulação.

O discurso jornalístico de Lúcio Flávio Pinto no *Jornal Pessoal* é o tema central deste artigo. O objetivo das autoras é desvelar o modo como Lúcio Flávio questiona o papel do maior grupo de comunicação do Norte do Brasil, as Organizações Romulo Maiorana, face às profundas relações desta empresa com o poder político-econômico no Estado do Pará. Pretende, ainda, com base na metodologia proposta pela Análise do Discurso, identificar não apenas as polêmicas explícitas, mas também outras questões implícitas no texto, como a posição do jornalista diante do complexo cenário que descreve em seu veículo.

A par de algumas questões teóricas

Toda proposta de trabalho científico parte de pressupostos básicos que norteiam o olhar do pesquisador sobre seu objeto. No caso da Análise do Discurso, um de seus pressupostos fundamentais é que toda análise se apóia na tríade história-sujeito-língua ou, nas palavras de Pêcheux (2002, p.45), na trilogia subversiva Marx-Freud-Saussure.

Aqui é importante salientar que essa interdisciplinaridade evocada pela a Análise do Discurso não pode se limitar a uma “simples ‘troca cultural’ ” (PÊCHEUX, 2002, p.49), no sentido de que, ao serem apropriados pela AD, os referenciais de cada um desses campos devem funcionar como esteio da análise, mas também devem ser passíveis de transformação ao serem aplicados ao novo campo. Em outras palavras, essa

³ Entrevista concedida por Lúcio Flávio Pinto a Maria do Socorro Veloso em 18/07/2005 (gravada).

interdisciplinaridade deve produzir uma nova forma de abordar o objeto e não reproduzir paralelamente as formas de abordagem originais de cada campo.

Por outro lado, essa interdisciplinaridade, ainda segundo Pêcheux (2002), não pode seduzir-se pela idéia, eventualmente herdada do marxismo, de transformar-se em uma ciência régia, capaz de, analogamente à física nas ciências naturais, definir o que é o real para as ciências sociais. Caminho que aparentemente vem sido trilhado com êxito, já que descrições recentes assumem que “a análise do discurso não procura identificar processos universais e, na verdade, os analistas do discurso criticam a noção de que tais generalizações sejam possíveis” (GILL, 2002, p. 264).

Desse modo, um dos desafios da AD reside em constituir-se enquanto ciência, sem perder seu caráter interdisciplinar e, para tanto, é preciso determinar como olhar para o objeto e que dispositivos teóricos devem ser mobilizados para guiar esse olhar. “A análise do discurso não pode ser usada para tratar os mesmos tipos de questões como os enfoques tradicionais. Ela sugere, ao invés, novas questões, ou maneiras, de reformular as antigas” (GILL, 2002, p. 264).

É na tríade história-sujeito-língua que esse olhar se constitui. A Análise do Discurso toma como seu objeto o discurso, considerando que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2005, p. 17), donde se conclui que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para sujeitos” (ORLANDI, 2005, p. 17).

A esse respeito, é importante lembrar que para a AD não existe sentido literal, anterior à interpretação ou independente do sujeito:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. (...) Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2002, p.53).

Portanto, a linguagem não é transparente e, justamente por isso, é na materialidade do discurso que o analista encontrará os indícios para realizar seu trabalho. Assim, a Análise do Discurso

não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como

tendo uma materialidade simbólica própria e significativa (...) (ORLANDI, 2005, p. 18).

Sendo assim, a AD necessariamente trabalha com a exterioridade do discurso, com suas condições de produção; tanto as condições imediatas da enunciação, como com as condições sócio-históricas e ideológicas (ORLANDI, 1987).

Embora todo enunciado seja passível de interpretação, Pêcheux (2002, p.31) levanta a questão de que há espaços enunciativos estabilizados, nos quais “detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens – repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre a proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas”.

Essa estabilização enunciativa – mais ou menos marcada – dá origem a formas de dizer características de determinados sujeitos e determinadas situações enunciativas, situações que podem ser caracterizadas como tipos específicos de discurso. O sujeito, ao assumir determinado papel assujeita-se a certas formas – e fórmulas - de dizer.

Cabe salientar que, nessa perspectiva, a noção de tipo de discurso está diretamente relacionada com suas condições de produção e que o termo assujeitamento significa, ao mesmo tempo, sujeitar-se a determinadas condições e tornar-se o sujeito nessas mesmas condições. Em outras palavras, para desempenhar determinado papel social, o sujeito tem que, ao mesmo tempo, submeter-se e apropriar-se do espaço discursivo que esse papel exige.

Orlandi (1987, p. 231) estabelece uma distinção entre o tipo e o funcionamento discursivos. Para ela, “os tipos (produtos) são a cristalização de funcionamentos (processos) definidos na própria relação de interlocução”.

Sendo os tipos de discurso definidos a partir da relação de interlocução, Orlandi utiliza as noções de interação e polissemia para definir três tipos de discurso: o polêmico, o lúdico e o autoritário; ressaltando que esse recorte não distingue os discursos nem de forma estanque, nem exata.

A autora salienta a importância de se trabalhar com a noção de dominância. Assim, determinado discurso tende a ser autoritário por ser predominantemente parafrásico, enquanto outro tende a ser lúdico, por ser predominantemente polissêmico – o discurso

polêmico se caracteriza pelo equilíbrio tenso entre esses dois pólos (ORLANDI, 1987, p.232).

Porque a linguagem não é estanque, Orlandi (1987, p.231) afirma que essa classificação levou em consideração determinados critérios, porém outros critérios podem – e devem - ser utilizados já que

aquilo que é tipo (produto) discursivo se constitui como um dos fatores que entram nas condições de produção de um funcionamento discursivo (processo) que, por sua vez, determina os traços pertinentes que podem a vir constituir novos tipos ou confirmar (reproduzir) a forma estabelecida do tipo.

Desse modo, verifica-se que há uma certa flexibilidade na determinação de uma tipologia discursiva. Contudo, há que se ter certos cuidados com ela, do contrário, os tipos – ou sub-tipos - podem ser tantos que invalidariam a própria noção de tipologia. Nesse sentido, Orlandi (1987) adverte que, para estabelecer uma tipologia, é fundamental considerar as condições de produção dos textos e sua relação com a formação ideológica.

O artigo “O rei da quitanda”

No início da tarde de 21 de janeiro de 2005, o jornalista Lúcio Flávio Pinto foi agredido dentro de um restaurante, em Belém, pelo empresário Ronaldo Maiorana. Herdeiro do maior grupo de comunicações do Norte do país, as Organizações Romulo Maiorana, Ronaldo é advogado e presidente da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da seção paraense da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com comunicado divulgado por Lúcio Flávio, Ronaldo Maiorana o agrediu pelas costas e o ameaçou de morte em represália ao artigo intitulado “O rei da quitanda”, veiculado na edição nº 337 do seu *Jornal Pessoal* (1ª quinzena de janeiro de 2005). O artigo analisa o poder desmesurado que o irmão de Ronaldo, Romulo Maiorana Júnior, exerce no Pará. Afirma Lúcio, no texto:

O poder de Romulo Maiorana Júnior, o principal executivo do maior grupo de comunicação do Norte do país, contrasta com a situação de um Estado destituído de informação, de opinião e de posição. O grupo Liberal é mais poderoso do que o Estado no qual atua. Mais do que um título, esse é um epitáfio: o que lhe dá força é o que enfraquece o Pará.

(...)

Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou simplesmente essa alternativa não existe para eles. No caso da TV, em função do domínio arrasador da Globo. Em relação à mídia impressa, porque nenhum competidor enfrentou-os com o investimento requerido para derrubar uma situação de décadas, nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco.

(...)

Quando o negócio da informação se reduz a uma quitanda, o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais, e a informação, uma banana. É o que, em boa medida, explica o estado de prostração no qual o Pará se encontra, incapaz de entender seu drama, por falta de informações, e submisso à vontade do soba, que o manipula conforme seus caprichos.

O poder enorme de Romulo Maiorana Júnior, solitário e caprichoso, é a contrafação da impotência do Estado no qual esse poder se nutre.

Aplicando os conceitos da Análise do Discurso ao texto de Lúcio Flávio Pinto, pudemos classificar sua argumentação como essencialmente polêmica – tanto na forma como na intenção – e baseada no espaço cristalizado do discurso jornalístico. Contudo, a relação de assujeitamento de Lúcio Flávio Pinto a essa forma discursiva é bastante particular já que, ao mesmo tempo em que ele se apropria legitimamente desse espaço, o subverte, numa demonstração empírica da afirmação de Pêcheux:

Só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes de trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço (2002, p.56).

Assim, ao mesmo tempo que Lúcio Flávio Pinto ocupa legitimamente, e institucionalmente, sua posição-sujeito de jornalista – é um profissional experiente, domina com maestria as técnicas e a linguagem jornalística, tem reconhecimento público – ele subverte esse espaço, a ponto de que existam tentativas de tirá-lo dessa posição, até mesmo pelo uso da coerção física.

Uma observação importante é a de que o texto, a materialidade do discurso, nesse caso, é particularmente relevante para a análise, não apenas porque é onde o pesquisador encontrará os indícios que o guiam até as características ideológicas fundamentais para resposta de suas perguntas, mas também porque o texto é a matéria-prima do jornalista, nesse caso, o sujeito do discurso analisado.

Sendo assim, ao analisar o discurso de Lúcio Flávio Pinto é importante considerar, como uma condição de produção, o fato de que esse discurso é produzido por sujeito que conhece e trabalha com a importância e a especificidade das palavras.

A escolha lexical primorosa fica evidente quando Lúcio Flávio Pinto identifica Romulo Maiorana Júnior como *soba*⁴, termo que ao mesmo tempo evidencia e menospreza

⁴ De acordo com o Dicionário Houaiss:

(1) chefe de povo ou de pequeno Estado africano, esp. na costa ocidental, ao sul de Angola; soma, sova

(2) Derivação: por extensão de sentido.

Indivíduo que, em condição de superioridade econômica ou política, exerce domínio sobre a população. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=soba&stipe=k&x=8&y=9>. Acesso em 18 jan 2006.

todo o poder do empresário, tanto porque o termo faz referências à dominação, como porque evoca um tipo de liderança primitivo. Um soba não é o líder eleito de um estado moderno, não é alguém que exerça liderança por méritos. Aliás, pela definição, não é sequer um líder, mas um chefe. Chefe de um povo ou, no máximo, de um Estado pequeno.

É interessante constatar que, nessas circunstâncias, o termo “soba” poderia ser substituído pelo termo “cacique”, popularmente utilizado para designar chefes informais de pequenos grupos ou organizações, em outras palavras, para identificar “quem é que manda”. Entretanto, o termo “cacique” remete a pontos nevrálgicos do trabalho de Lúcio Flávio Pinto, que denuncia enfaticamente a ação predadora de grandes empresas na Amazônia. Utilizar o termo “cacique” de maneira pejorativa seria menosprezar indiretamente povos indígenas e seus líderes. É em virtude desses cuidados, conscientes ou não, que ressaltamos a destreza de Lúcio Flávio Pinto na escolha lexical.

Essa relação especial do jornalista com as palavras fica ainda mais evidente quando nos debruçamos sobre o discurso de Lúcio Flávio Pinto e verificamos como suas escolhas lexicais aplicadas a conceitos consagrados - ou lugares-comuns - é capaz de subvertê-los e resignificá-los.

Da mesma forma, a utilização do termo “quitanda”, para referir-se a poderosos grupos de mídia, normalmente descritos como impérios, não é nada ingênua. Com essa escolha lexical, Lúcio Flávio Pinto gera uma oposição com a terminologia normalmente utilizada, de forma a contestar não só a validade do uso do termo “império”, mas também colocando em xeque o próprio valor do produto gerado por essas organizações.

Essa vertente se confirma pelo uso do termo “banana”, para referir-se a informação, identificando-a com uma fruta barata, pouco valorizada. Vale lembrar que em português existe a expressão “vendido a preço de banana”, que significa vendido por muito pouco, ou por menos do que valia. Assim, o uso do termo abre a possibilidade para uma outra interpretação, a de que a informação seja subestimada por aqueles que a comercializam.

Essa dubiedade reflete a relação que Lúcio Flávio Pinto parece ter com o próprio exercício do jornalismo. Um jornalista que publica um jornal alternativo às suas próprias expensas há mais de 20 anos e que, ao longo desse período, tem de lidar com toda sorte de pressões, que vão de processos na Justiça a agressões físicas, não poderia ser descrito como

alguém que não acredita nem na importância da informação, nem na importância de seu próprio trabalho.

É esse sujeito, no entanto, que declara que “o poder jornalístico se torna uma fonte de poder pessoal, imenso para quem o exercita e absolutamente vazio para todos os demais” (PINTO, 2005, p.3). Aqui, é interessante salientar o uso do adjunto *todos*, que impede qualquer exceção à afirmação e, portanto, necessariamente inclui Lúcio Flávio Pinto nesse vazio, na impotência contra o poder vigente.

Declarações de desencanto não são exclusividade dessa edição do *Jornal Pessoal*. Em outras edições e em entrevistas, o jornalista dá declarações até mais diretas a esse respeito, por exemplo:

O JP sempre foi uma anomalia, um desafio às regras da natureza (...). Que sucesso se poderia esperar de um jornal em formato pequeno, que não usa fotos, nem cores, às vezes é maçudo, dá destaque a assuntos áridos, não distingue nem seleciona adversários, não tem senso de oportunidade, não faz concessões ao gosto fácil e se recusa a ter publicidade, limitando-se a faturar o que lhe paga o leitor - e ainda sujeitando-o a ir buscar seu exemplar em bancas de revista e em umas poucas livrarias? (PINTO, 2002, p. 3)

Considerações finais

Essas contradições demonstram a importância do tripé de sustentação da AD. Se nessa análise buscamos no texto as marcas que guiam o trabalho e na história fatores que constituem as condições de produção desse discurso – a concentração de poder do grupo Maiorana, a própria trajetória de Lúcio Flávio – e a contribuição da psicanálise que permite trabalhar com essas dubiedades. É sob sua contribuição que se pode compreender o sujeito em suas contradições e, nesse caso, revelar um pouco mais do que o texto diz.

Tomadas ao pé da letra, as palavras de Lúcio Flávio soam como uma declaração de rendição. Só analisadas à luz da história e abrindo-se uma fresta que permita a contradição desse sujeito é que tais palavras se enchem de outros sentidos. Sentidos tão opostos à rendição que levaram a um revide violento por parte de seus antagonistas.

Referências

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em <http://biblioteca.uol.com.br>. Acesso em 18 jan 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PINTO, Lúcio Flávio. “O rei da quitanda”. *Jornal Pessoal*, Belém-PA, nº 337, p. 1-3, jan. 2005.

_____. “O jornal acabou. Viva o jornalismo”. *Jornal Pessoal*, Belém- PA, nº 289, p. 3, jul 2002.

_____. Entrevista concedida em 18 jul 2005 (gravada).